

TRIBUNA LIVRE

À Biblioteca Pública de Braga

4
JANEIRO
1975

PROPRIEDADE:

Irmãos Barbosa de Macedo

SEMÁRIO DE CRÍTICA

E ACTUALIDADES

DIRECTOR: João Barbosa de Macedo

Sede e Administração - Comp. Imp. e Redacção — LARGO DA FEIRA NOVA

Telefone 62113 — A M A R E S

A Câmara de Amares tem de servir os interesses do Concelho e democratizar as suas decisões

A gestão municipal exige coerência e atenção nas decisões a tomar, sempre com os olhos postos no interesse do povo e no prestígio da função ou regime que representa.

Para além disso exige, especialmente no momento presente, pluralidade de opiniões, isto é, democratização na forma de agir.

Ao contrário do que por esse País se faz, ou devia fazer, no nosso concelho as decisões são preparadas no maior sigilo, com a preocupação de que se não saiba o que há e o que vai surgir, e, ainda pior, sem respeito pelas pessoas e pelos cargos.

Daí, para além da deselegância de processo, da falta de ética política, o insucesso, o encobrimento de situações falsas e graves prejuízos para os interesses do concelho e sua gente, ao mesmo tempo que se fere a necessária e precisa dignidade nos actos e no cargo.

Concretizemos:

* * *

Recente diploma legal estabeleceu a extinção dos Grémios da Lavoura, enquanto, em disposições subsidiárias se aconselhava a criação de associações agrícolas livres para receberem o seu património e as suas actividades, alargando-as e incentivando-as.

Fizeram, alguns, há tempos, inoportunas tentativas para se apoderarem do Grémio da Lavoura, prematuramente, ao que a Assembleia Geral se opôs.

Numa assembleia recente, com concorrência ímpar, foi unânimemente deliberado constituir a dita Associação Livre, nomeando-se uma comissão para o efeito, pensando-se, então, que ela podia e devia ser, também, a comissão liquidatária do grémio.

O certo é que na semana finda o técnico delegado da Comissão Liquidatária dos Grémios, visitou a nossa Câmara para colher elementos para a Comissão concelhia liquidatária. Sem ouvir as entidades locais ligadas ao sector agrícola, (Grémio da Lavoura e Cooperativa Agrícola), sem tomar conhecimento ou respeitar o que se havia deliberado em plenário, no segredo próprio dos bastidores, foram indicados os nomes. Infelizmente que a indicação para além de nos denunciar aqui um método condenado a todos os títulos, mostra-nos ainda que não se teve em conta o interesse da Lavoura e a orientação do Governo. É que, dos cinco elementos, consta-nos que dois não estariam na disposição de aceitar, dois declararam não estar dispostos a tentar a constituição da Associação de Agricultores, e, todos juntos, estamos certos, concordam que não é dessa maneira, com essas forças que se vai resolver o que o Governo quer e a Lavoura do Concelho precisa.

A simples liquidação do Grémio da Lavoura nada resolve. O que é preciso é fazer mais e melhor. Ora a Câmara já que não quer ouvir os órgãos e os homens da Lavoura e não tem no seu seio quem resolva o problema, deve abrir mão do assunto.

* * *

A Assembleia Geral da Santa Casa não pode realizar-se por ter de se verificar a aclaração de diferentes factos.

Não esteve com meias medidas a nossa Câmara que

«Continua na 4.ª página»

DEMOCRACIA PLURALISTA

Só no pluralismo democrático, o povo poderá usar do direito de soberania pela livre escolha do regime que pretenda adoptar, por sufrágio universal, de entre os que vieram a ser defendidos pelos partidos concorrentes, legalmente instituídos.

Depreende-se que um regime totalitário, portanto de partido único, não tem sequer o direito de usar a expressão democrática na definição política que adoptar, visto que não poderá exercer democracia unitária não existe por estar vedado aos cidadãos do direito de plena escolha política. Em regimes totalitários podem eleger-se governantes, na melhor hipótese, mas nunca usar o pleno direito de sufrágio universal em toda a sua extensão política, social e económica, inclusivamente, mudança de regime político.

Entende-se, portanto, que ao evocar-se a democracia pluralista haverá em vista, apenas, distingui-la de outras fórmulas totalitárias de pseudo-democracia que procuram disfarçar as suas intenções políticas ditatoriais. Esta subtilidade serve para facilitar-lhe a infiltração no seio das instituições democráticas pluralistas, com o fim de poderem concorrer às urnas e, em caso de uma vitória eleitoral, o resultado seria exactamente contrário ao que se

pretende defender entre nós, voltando a ser eleito um regime opressor de partido único, semelhante ao regime deposto ou pior.

O governo defende a consolidação de uma democracia pluralista, com toda a sinceridade e de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, baseada na liberdade e solidariedade humana, dentro do melhor espírito de fraternidade — uma democracia humanista defendida pelas instituições democráticas livremente aprovadas pelo povo. Democracia esta, centrada nos direitos e deveres da pessoa humana integral, sem discriminação «de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação», como sugere a referida Declaração proclamada para todos os seres humanos.

Como poderá o Governo garantir a consolidação de uma democracia pluralista, ainda que não definida exactamente nos moldes expostos, mas de feição pluripartidária?

O processo de democratização está em curso no nosso País e vai tomando forma, com a adopção de medidas democráticas dentro do plano constitucional do Movimento das Forças Armadas.

Vês, Senhor !... como há pessoas más?

Não há muito, este jornal fez notícia de que a Tua Capelinha estava às escuras.

Não é por falta de esmolas nem de azeite de promessas. Foi, talvez, Tu o sabes e o julgarás, por vingança de se falar em tal coisa no jornal que desde a notícia nunca mais nenhuma chamazinha Te iluminou.

Se não fora aquelas lâmpadas que, ora acendem, ora apagam, que alma piedosa emprestou, então, Senhor, a Tua Casa mais pequena da Feira Nova estaria na mais completa escuridão.

Ilumina ao menos, Senhor, a consciência dos responsáveis

Falecimento

Inesperadamente, embora a sua saúde andasse um pouco abalada, faleceu o sr. Virgílio dos Santos Meneses, filho extremoso dos srs. José dos Santos Meneses e D. Estela Arantes Meneses.

A Feira Nova sentiu a perda deste seu dilecto filho, comparecendo em massa no funeral e na missa do 7.º dia, prestando as honras devidas à ilustre família e as últimas homenagens ao finado, homem folgazão, alegre e que a todos falava duma maneira cativante.

Tribuna Livre apresenta à numerosa e selecta família os protestos do mais profundo pesar, e roga a Deus o receba no Seio dos eleitos.

Os direitos e liberdades essenciais estão já a ser garantidos, em certa medida, com leis adequadas. Mas este penoso processo, como sabemos, deu origem em pouco tempo á mudança de Governo e de Presidente da República.

(Continua na 4.ª página)

Os emigrantes e o recenseamento

Lembramos os emigrantes portugueses que devem dirigir-se, imediatamente, a os consulados respectivos para se recensearem a fim de votarem nas próximas eleições.

Portugal precisa dos vossos votos. Que nenhum amarense que vive no estrangeiro deixe de se recensear.

E se tivéssemos excepção em Arquitectura?

Como é do conhecimento geral não há, este ano, matrículas no 1.º ano das Universidades.

Segundo nos informam a Escola Superior de Belas Artes de Lisboa tem salas e professores para receber todos os alunos do 1.º ano. Dizem-nos até que os candidatos são este ano menos do que nos anos anteriores.

Sendo assim porque se não abre uma excepção?

5.ª Coluna

Uma das gripes mais nefastas que me tem aparecido, desde o dia 1 retem-me na cama. Irra!

A febre (não digo temperatura porque é uma bizantinidade, visto referir-se apenas e somente ao meio ambiente tendo a ver com a densidade termostática e não com o corpo) atacou-me em cheio e prostou-me numa coordenada de desinteresse pelo que nos rodeia.

A coisa foi diminuindo e o pensamento rodou para o momento político português, fenómeno das resoluções modernas fosse tão simples co-

(Continua na 4.ª página)

Normas da eleição de comissões de Casas do Povo

Despacho Ministerial de 26 de Setembro de 1974

Considerando a necessidade de assegurar uma normal e correcta aplicação das regras democráticas no processo da eleição das Comissões Directivas das Casas do Povo;

Atendendo à importância que a escolha livre e consciente dos responsáveis das Casas do Povo representa na substituição dos métodos antidemocráticos do último meio século e no próprio processo de educação política das populações rurais, de acordo com o Programa do Movimento das Forças Armadas.

Tendo em conta o preceituado no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 490/74 de 26 de Setembro, determino o seguinte:

I

Enquanto não for revisto o seu regime legal e nos casos em que as Casas do Povo estejam desprovidas de órgãos de gestão ou seja necessário substituir os corpos gerentes em exercício, deverão as mesmas ser geridas por Comissões Directivas que deterão a competência estatutariamente atribuída às direcções e às mesas da assembleia geral, e que serão eleitas nos termos das seguintes normas:

1.ª — Para efeitos de eleição as assembleias das Casas do Povo são constituídas pelos sócios efectivos, contribuintes (equiparados ou não) e protectores, que não tenham qualquer dívida de quotas, mas os sócios protectores só poderão intervir na eleição desde que hajam completado um ano de inscrição.

2.ª — As assembleias poderão ser admitidos, como observadores, não sócios das Casas do Povo, depois de constituídas as mesas da assembleias.

3.ª — As assembleias terão a presença de um delegado da Junta Central das Casas do Povo, que poderá ser um elemento das Forças Armadas, o qual tomará lugar na mesa.

4.ª — Poderão ser eleitos membros das Comissões Directivas todos os sócios, com excepção dos protectores.

5.ª — As Comissões Directivas serão compostas por cinco ou sete membros e nelas haverá sempre maioria de sócios efectivos ou equiparados a efectivos.

6.ª — As assembleias serão convocadas por um grupo de sócios eleitores não inferior a vinte e cinco, com a antecedência mínima de quinze dias, por meio de aviso con-

vocatório que será afixado na sede da Casa do Povo e do qual constarão a data, hora e local da sua realização.

7.ª — Os promotores da eleição referidos na norma anterior deverão dar ampla divulgação do aviso convocatório e assegurar a presença do delegado previsto na norma 3.ª.

8.ª — As listas de candidatos serão subscritas por um mínimo de vinte e cinco sócios eleitos e apresentadas na Secretaria da Casa do Povo até cinco dias antes da data da assembleia e imediatamente afixadas na sede da instituição.

9.ª — A assembleia será presidida por uma mesa constituída «ad hoc» e formada por um presidente e dois secretários, sócios da Casa do Povo, devendo a sua composição ser submetida a ratificação da mesma assembleia no início do seu funcionamento.

10.ª — A mesa compete assegurar o bom funcionamento da assembleia e as condições de autenticidade da votação, cumprindo-lhe pôr termo a quaisquer tentativas de perturbação daquelas condições.

11.ª — As votações far-se-ão por escrutínio secreto, por meio de listas convenientemente dobradas que serão entregues pelos eleitores ao presidente da mesa, não sendo permitido o voto por correspondência.

12.ª — Apurados os resultados e proclamados os eleitos, elaborar-se-á uma acta que será assinada pelos membros da mesa e pelos eleitos presentes e da qual se remeterá à Junta Central das Casas do Povo uma cópia, assinada pelas mesmas entidades.

II

Nos casos em que as comissões em exercício não tenham sido eleitas nos termos deste despacho ou incluam não sócios, deverá proceder-se a eleição, de acordo com as presentes normas, no mais curto prazo possível.

III

À Junta Central das Casas do Povo competirá velar pelo cumprimento destas normas.

Leia

Propague
e assine

Tribuna Livre

Relações luso-soviéticas: Cooperação sindical e cooperação cultural

— Para uma visita de solidariedade aos trabalhadores portugueses, no âmbito do estreitamento de relações entre Portugal e a URSS, encontrou-se, em Lisboa, uma delegação de sindicalistas soviéticos, da qual fazem parte Vladimir Bulgatkov, secretário do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, Boris Averianon, director do departamento Internacional dos Sindicatos da União Soviética, e Aleksei Onianikon, colaborador deste último departamento.

Veio igualmente a Lisboa a secretária-geral do Comité das Mulheres Soviéticas, Zenaída Feodorova, a fim de contactar com o Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas; no decurso dos contactos efectuados, foi decidido estabelecer um intercâmbio entre as duas organizações.

Em Moscovo, encontrou-se a delegação portuguesa chefiada pelo prof. Henrique de Barros, que tem como objectivo aumentar a cooperação cultural entre Portugal e a União Soviética. Em declarações à Agência Tass, o prof. Henrique de Barros, membro do Conselho de Estado português e presidente da Associação de Amizade Portugal-URSS, salientou que o golpe militar de 25 de Abril «modificou radicalmente a base cultural, económica e política de Portugal» e acrescentou: «Nós vemos o crescente interesse do povo soviético no desenvolvimento de Portugal, depois de quase meio século de isolamento e vemos o seu desejo de desenvolver as relações com o nosso povo».

LUZ ELECTRICA

A estrada Nacional da Ponte do Bico, á sede do concelho está pejada de prédios urbanos que desafiam as autoridades a pedir-lhes iluminação pública que prive os habitantes das consequências da escuridão. A luz custa dinheiro ao Município mas os habitantes desses prédios também pagam contribuições dos quais a Câmara participa. a categoria dos habitantes e dos prédios construídos que tanto embelezam a extrema zona, merece bem o carinho das autoridades que podem evitar com o auxílio dos reclamantes.

Os habitantes

TRIBUNA LIVRE

A Redacção deste «Semnário» pede a todos os ilustres colaboradores o favor de enviarem as suas notícias e artigos até á quarta-feira.

A Redacção

DE CALDELAS

Casa do Povo

Luz Eléctrica

Caldelas, 28—As instalações dos serviços da Casa do Povo de Caldelas, estão a ser executados num prédio velho e sem condições para com eficiência serem atendidos as centenas de sócios e mais ainda na altura do funcionamento das Termas. Muitos doentes das várias terras do país são obrigados a utilizar os seus serviços, aumentado consideravelmente o movimento.

A Casa do Povo de Caldelas, precisa ser instalada em prédio novo e que tenha condições para atender melhor os seus sócios e sobretudo que fique localizado em melhor ponto, mais central e em terreno plano, pois onde está, certos doentes só de elevador e podem frequentar.

— Há muito tempo que os moradores do Lugar de Pitães esperam a Luz Eléctrica, aspiração bem justa.

Oxalá este lugar e a vizinha freguesia de Sequeiros, sejam electrificadas o mais breve possível, pois já esperam este melhoramento há perto de TRINTA anos.

O correspondente,

António de Macedo Pires

Póvoa de Lanhoso

No passado dia 27 faleceu repentinamente devido a grave doença, o sr. António de Macedo Pires, do Pinheiro—Póvoa de Lanhoso.

O querido extinto era irmão do nosso particular amigo sr. José Maria de Macedo, Motorista da Viação Auto-Motora e residente nesta vila na rua Dr. Eduardo Gonçalves. Endereçamos a toda a família sentidos pésames.

«A RIVAL» — CASA DE PASTO

DE

ERNESTO VIEIRA

Telefone 62247

Especialidade em:

Frango assado — papas de sarrabulho e cabrito assado

(Rancho às segundas-feiras)

Todos os dias refeições económicas

Esmerado serviço em:

Casamentos e baptizados, servidos c/ os melhores vinhos da Região.

Para bem servir, só «A RIVAL»

Rua Marques Rego

F. Nova — Amares

Vaccine o seu filho contra:
Poliomielite, Tétano, Difteria, Tosse convulsa, Sarampo, Tuberculose e Varíola

Ai!...

que tristeza!..

E é! Como se sabe os jornais diários subiram a 4\$00 cada exemplar.

Pois, sem mais aquelas, os cafés da Feira Nova não os compraram.

Chamam reacção a tudo. E isto não será?

Os gráficos da Imprensa diária também não terão direito a mais um bocadinho?

Combinaram subir ao preço do café (bica) e todos estiveram de acordo. e o Zé pagante aguentou.

E pelo facto do jornal subir 1\$50, não terão o direito de ler o diário no Café que pagam?

Ainda bem que um não aderiu a esta mini-reacção e todos os dias tem notícias frescas.

Será por estar à beira da Igreja?

Ai—que Tristeza!..

PELO CONCELHO

FUTEBOL

Campeonato Regional da 2.ª Divisão

Panoias, 1 — F. C. Amares, 0

Com árbitros deste género não é possível jogar futebol

Depois da magnífica vitória no Arco de Baúlhe em que realizamos óptima exibição, sobretudo na 1.ª parte do encontro, nada fazia prever a derrota no campo do Panoias, embora soubesemos que para alcançar os 2 pontos, no campo do nosso adversário não era proeza fácil e que teríamos de lutar muito para que o resultado nos fosse favorável.

Manda a verdade que se diga que não jogamos bem em Panoias mas jogamos com determinação e espírito de luta que bem justificaram que não saíssemos do campo com a derrota.

A actuação desastrosa do juiz da partida foi decisiva para a nossa equipa e esteve também na base de não rendermos tudo o que está no nosso alcance. Não dizemos isto só para justificar esta derrota que confessamos não estava nas nossas previsões, mas todos os que nos acompanharam e foram muitos felizmente, podem confirmar a verdade das nossas afirmações. Confessamos que é difícil assistir-se a semelhante caseirismo. Desde grandes penalidades perdoadas, marcações de cantos que não existiram, lides nitidamente ao contrário ao golo oferecido em nítida posição de fora de jogo a actuação do árbitro foi deveras, facciosa e foi decisiva em derrotar a nossa equipa.

Cabe aqui enaltecer o desportivismo dos nossos atletas que nos surpreendem pois é impossível resistir a tantas contrariedades. Porque tudo isto?

Para este jogo de triste memória a nossa equipa apresentou a seguinte constituição

Bernardo, Veloso, Ernesto, Gonçalves e Domingos; Darque (Armandino), Laje (Magalhães) e Guilherme; Berto, Rodrigues e José João.

Finalmente temos Treinador

Acaba a Direcção do nosso clube, com a colaboração preciosa de alguns amigos (sempre os mesmos) de con-

tratar um jogador-treinador de grande valia. Trata-se de Valdemar, antigo atleta do Sporting, Atlético e F. C. de Famalicão.

Com a entrada deste extraordinário reforço para a nossa equipa, quer como jogador quer como treinador, estamos esperançados que a nossa equipa tem à sua frente óptima carreira. Valdemar já viu no passado domingo os seus futuros colegas e pupilos em acção e segundo nos declarou no final do jogo de Panoias, está esperançado que com um pouco de trabalho poderá formar uma autêntica equipa de futebol. Tem esperança, todavia, que árbitros como o de domingo passado, não voltem a surgir-nos pela frente, pois assim, segundo nos disse, é impossível fazer melhor.

Vamos todos auxiliar e apoiar o novo treinador, pois para além de conhecidos da sua profissão é ainda um homem de grande carácter e de exemplar honestidade.

Novos assinantes

De visita à família residente em Portela, o Sr. Manuel de Sousa, radicado no Canadá, veio inscrever-se como assinante da Tribuna Livre e admirar as instalações da Modelar que desconhecia levando as melhores impressões da actividade dos seus empregados da oficina. A assinatura do jornal como veículo único de notícias do seu concelho, era o seu grande desejo na terra que escolheu para o trabalho com grandes resultados pecuniários devido à cotação elevada do Dólar. A emigração, todos o sabem, resolveu o problema financeiro de mais de um milhão de famílias e tirou ao governo a responsabilidade sobre o excedente demográfico que tinha de procurar colocar sempre sem as vantagens obtidas, como se vê, em compras e construções de habitações.

A Tribuna é do Concelho

Assine-a e Divulgue-a

De Carrazedo

Escreve: — Elísio Gonçalves

Auspicioso Enlace

No templo do Bom Jesus do Monte e na presença de dezenas de convidados e familiares, casou-se a Doutora Maria Tereza Gonçalves Dantas com o Engenheiro sr. Luiz Carlos Cunha, filho do Clínico conimbricense sr. Dr. Vaz Pais e de sua esposa D. Abrilina Vaz Pais. A jovem e prendada noiva e filha do sr. José Dantas e de sua esposa D. Elvira Gonçalves Dantas, residentes actualmente em Braga. Na Feira Nova a noiva tem muitos familiares de destaque social e comercial oriundos da família Tomé Gonçalves, que, se outras prendas não deixasse, bastava-lhe a honra da numerosa prole que hoje se apronta digna de respeito na sociedade em que vive. Tribuna Livre associa-se á felicidade do jovem casal e deseja-lhe perenes felicidades.

DE CALDELAS

Estradas arruinadas

Não há razão para que a freguesia de Caldelas tenha de apresentar queixas do mau estado em que se encontram os caminhos. É uma terra que dá ao Município uma receita digna de respeito, é uma terra com águas medicinais de incontestável valor medicinal procurada por milhares de doentes de vários pontos do globo.

Não sei se o mau estado da estrada de Real se deve à Junta de Freguesia ou Câmara Municipal? O que é certo é que essa importante via de acesso ás termas está intransitável. Em nome dos habitantes de Caldelas, anexados pelas queixas apresentadas, apresentamos à Câmara Municipal a solução problema.

A Rússia à vista

O Sr. José Pereira da Silva e esposa e o sr. Luiz Antunes Gonçalves, de Besteiros, estão a preparar as malas para uma viagem à Rússia com quem estivemos de relações cortadas durante os 50 anos de governo de Salazar que se assustou com o comunismo. Aguardemos o regresso desses amigos para sabermos mais alguma coisa do que se passa no segredo Soviético.

EMIGRANTES QUE CHEGAM

Do Canadá em avião che-

gou com sua esposa a Rendufe, o assinante da Tribuna sr. António Pinheiro que foi empregado da serração. E quando viu que o ordenado não lhe chegava para as despesas conseguiu ir para o Canadá e dois anos depois veio de avião á terra para regressar... O mesmo acontece a outros que veem assim resolvido o seu problema económico. O dólar é uma moeda «explosiva» e atraente. A emigração deve ser protegida para escoamento de saldos demográficos que em Portugal sobram para as necessidades e acarretam muitas divisas. E acima de tudo o trabalhador português é um embaixador gratuito de valor da raça que sabe honrar a Pátria fora dela.

FELICITAÇÕES

Para o corpo redactorial e trabalhadores das oficinas da Tribuna vão as minhas primeiras saudações de felicidades no Novo Ano. Para os assinantes e leitores para quem gratuitamente trabalho todo o ano desejo as maiores venturas prometendo-lhes continuar a distraí-los.

Preservo um voto especial para o José Tavares, do Canadá, Felisberto Macedo, Augusto Costa e para o «menino» Martins, todos na América de quem já recebi «chupetas» que me consolaram e podem continuar porque o menino Jesus tem olhado por eles e há-de olhar enquanto eu for vivo.

URBANISMO

Já começaram as obras da construção do novo Tribunal onde ficarão também outras repartições. A sua excentricidade causa protestos mas a sede do concelho não foi criada para morrer no mesmo sitio nem para servir interesses particulares já responsáveis pelo estado de atraso das obras que tanto embelezam e valorizam um dos mais formosos e movimentados concelhos do Norte. Naturalmente que o comércio da Feira Nova e Amares não deve poder intrometer-se nessa zona de privilégio. Deve ser este o ponto culminante do choro democrático de muitos que tem «pena» do que se passa nas terras vizinhas que já tem e hão-de ter o que lhes falta. A Comissão Administrativa firme nos seus propósitos de cumprir um programa, não recuará e continuará, desde Lago a Bouro, a ferejar as autarquias que passam a vida a dormir ou a zelar apenas pelas suas

conveniências.

POLÍTICA

Os votantes inscrevem-se e acorrem contentes aos postos mas interrogam-se E depois a quem devemos dar a nossa força nas eleições?

O problema dos trabalhadores o problema da grande massa da população do País, aviltada na sua ignorância e na sua pobreza, mas valiosa pelas suas qualidades heróicas de trabalho, sacrifício e patriotismo, ninguém supõe que se resolverá num momento, mas ninguém estranha que constitua o problema máximo da restauração Nacional. Na execução deste pensamento eis que hoje precisamente nós vamos começar a obra da causa económica, da casa dos mais pobres, casa salubre, independente, ajeitada como um ninho-lar de família operária, lar modesto, recolhido, português. Lançamos as bases duma experiência difícil; embora, que frutifique em todo o país — não é a expressão de um desejo, é a de um pensamento de governo. (28 de Abril de 1934).

Foi o presidente da Junta da acção Social, D. Veiga de Macedo, que fez as afirmações e algumas obras que agora tem de continuar por serem das mais necessárias à salubridade física e até moral do povo que vive em «pocilgas».

RIR... FAZ BEM.

Um médico da aldeia tinha um filho no colégio. Este recebeu um prémio, na Páscoa, e escreveu ao pai a seguinte carta:

Meu querido Pai

Eis uma notícia que o vai alegrar: ganhei o primeiro prémio. Espero da sua bondade 100\$00 para comprar um chapéu novo.

Na volta do correio recebeu esta resposta:

Meu querido filho

Nada mais grato ao meu coração do que a notícia que me dás. Um primeiro prémio é uma coisa que sempre me glorificará. Apesar de tudo, não te mando os 100\$00 que me pedes: — quem tem na cabeça uma coroa de louros, não precisa de chapéu...

Aniversários

Fazem anos:

No passado dia 1, festejaram o seu aniversário natalício os srs. José dos Santos Meneses e Faustino Carneiro dos Santos. No dia 3 o sr. Rosalino Meneses.

Tribuna Livre deseja a todos os aniversariantes que passem um dia muito feliz.

A Câmara de Amares tem de servir os interesses do Concelho

(Continuação da 1.ª página)

Logo indicou os componentes da possível Comissão administrativa, sem curar de saber se assim o aconselhavam os interesses da Instituição que a todos devem impôr respeito e atenção.

O pior, porém, não está nessa pressa. Está, isso sim, no facto de que a Câmara agiu com o segredo e o sigilo do costume e pela mão de pessoas que não possuem a coerência e o senso que estas coisas impõem. Mas pior, agiu pela mão das próprias pessoas que depois de praticarem as irregularidades se atrevem ainda a tentar as suas soluções. Mas muito pior, foi ao ponto de indicar pessoas que eram desaconselháveis frente aos interesses da Instituição e inaceitáveis dentro do critério de compromettimentos com o anterior regime. Ainda pior, a Câmara foi patrocinar aqueles que entendem preferível que se não ponha o hospital a funcionar pois assim faz-se menos e ganha-se o mesmo.

* * *

Entenderam, alguns filhos do concelho, que deviam contestar a construção do Palácio de Justiça por razões que não vêm a propósito para este trabalho. Respondendo aqueles, contrariando os seus designios, foi feita e publicada uma exposição que a Comissão Administrativa da Câmara assinou.

Até aqui nenhum reparo mereceria o caso pois a Câmara está no direito e no dever de ter opinião e só lhe fica bem exteriorizá-la. O que não está certo é que assine papéis escritos daquela maneira e com tais intenções de deturpação e ofensa. Os homens que contrariavam a construção do Palácio da Justiça, alguns formados, são dos bons valores da juventude democrática do concelho que desde o 25 de Abril se têm dado generosamente à causa.

Chamar-lhe fascistas e deturpar daquela maneira as intenções é algo de maldoso e ignóbil, que a Câmara não deve subscrever. Mas mais, a Câmara tinha de ver que tal exposição quis melindrar os verdadeiros obreiros de que o Palácio da Justiça se faça ali, pois tudo consta dos seus arquivos.

Mais uma vez assinaram o papel que lhe puseram na frente mesmo sabendo que o seu autor, generoso cantor das virtudes do Governo anterior, como o atestam os nossos arquivos, prima em fascizar os outros pela mão dos ingénios.

A Câmara deve democratizar as suas atitudes e dignificá-las, como deve preocupar-se em servir o concelho e o ideal do 25 de Abril. Não os serve ao ser a causadora que acabe o Grémio sem nada se fazer pela Lavoura, ao sacrificar o arranque do Hospital da Santa Casa a certas conveniências particulares, ao atacar jovens de muito mérito com aleivosas ou ao inverter os actos e os factos por prazer.

Nada disto se daria se houvesse menos segredo nas decisões.

Temos fé que o sr. Presidente do Município, a quem animam os melhores propósitos, se acautelará nestes casos. Bom seria que se entendesse que o concelho precisa de todos e que todos não são demais.

Descrédito Nacional

Começa pela falta de honestidade o descrédito do país. Os inquéritos feitos depois do 25 de Abril são uma revelação da falta de escrupulo pelos muitos responsáveis agora chamados a prestar contas das suas administrações. Os efeitos refletem-se por esse Mundo de países de quem não nos podemos esquecer pelo muito que lhe devemos em contactos comerciais permanentes e em auxílios financeiros que nos prestam quando a eles recorremos.

É desta grande responsabilidade que muitos se esqueceram para se aproveitarem da confiança que lhes foi depositada. É natural a difi-

culdade encontrada agora para reabilitar o país do descrédito a que chegou. Todos os portugueses desejam concorrer para restabelecer a honra comprometida e desejam uma garantia política para daí o seu voto, mas a quem se compadeça da situação a que chegamos por falta de respeito aos pergaminhos morais que herdamos de muitos antepassados.

Urge, por isso tudo quanto tem acontecido, que as Forças Armadas reforcem um partido político composto de elementos capazes de arrancar do coração de tantas vítimas e Fé nos destinos de Portugal. Só assim lançaremos nas urnas um voto de confiança por termos a certeza que é abalado pelo glorioso Exército Português.

5.ª COLUNA

(Continuado da 1.ª página)

mo se apresenta a prática da sua assimilação seria êxito. Infelizmente não é.

Sabe o Leitor que a palavra resolução originalmente é um termo astronómico, ensinado na obra de Copérnico. Daí conservar o seu significado latino, designando movimento rotativo das leis dos astros ainda hoje adoptado nas «revoluções» anunciadas sobre os satélites que envolvem a terra.

Os homens, porém, é que fizeram descer a palavra do firmamento à terra e usaram-na como metáfora. É no século XVII que ela foi empregada politicamente. Mas nessa altura, em 1660 foi bem imposta, pelo facto de tratar-se de uma restauração e não qualquer ideário novo. De facto se astronómicamente se considera uma revolução de algo que parte de um ponto para regressar ao mesmo, o termo politicamente está errado.

Nas restantes, o famoso e dilacerante diálogo entre Luís XVI e o duque Liancourt, veio solidificar a palavra «REVOLUÇÃO», como síntese de progresso e não de retrocesso. Quer dizer de não regressar ao mesmo ponto — de restauração.

Foi a primeira vez que o termo adquiriu vernáculo de política, quando Liancourt anunciou a tomada da Bastilha e Luís XVI, sorrindo-se dissera: «Mais uma revolta», ao que o duque retorquiu: «Uma REVOLUÇÃO, Magestade».

E foi!

A nossa, de 25 de Abril, também foi! Uma revolução à portuguesa, simples e simbólica na alegoria da florida alegria popular. Mas o nosso povo com a sua mentalidade rude só sentiu a liberdade, não compreendendo a Democracia!

Eis o fulcro da dificuldade em instruí-lo, apresentando-lhe a génese da Democracia, num tempo quase «record». A dificuldade, todavia, não reside, na elucidação. Reside, sim na maneira de a expor. Aí está o mal. Os Jornais, a Rádio, a Televisão, a Literatura encerram e transferem ao povo uma filosofia política e isso de nada serve.

O preciso, o mais premente, o mais urgente é uma ciência política. Só assim o povo português compreenderia e apreenderia a Democracia reinstaurada no País.

Já agora, como me referi à revolução francesa — aquela que varreu por séculos o feudalismo — não deixo de evocar aqui Tocqueville, que já então reclamava «uma nova ciência política».

Não é o que nós precisamos, Leitor?

EME ABRIL

Democracia Pluralista

«Continuado da 1.ª Página»

pública, não podendo adivinhar-se o que sucederá nos próximos meses, até à eleição de Março para deputados da Assembleia Constituinte.

Para já e certamente devido à falta de legislação apropriada, vemos lançar de toda uma propaganda exagerada, propícia a confusões ideológicas.

Se já nesta altura presenciámos uma tumultuosa propaganda, que nem em campanha eleitoral deveria ser permitida, perguntamos o que se irá passar em plena campanha eleitoral, neste País despolitizado, nas mãos de hábeis políticos profissionais, que o transformaram em campo experimental de política internacional?

Nota-se uma forte pressão da extrema esquerda, assim englobados por nós, todos os partidos de filosofia marxista, que se esforçam, em movimentos orquestrados por forma a dar a ideia de que só eles são democratas legítimos e legitimados, merecedores de toda a confiança, heróis contrareacionários atentos a qualquer movimento dos fascistas das direitas. Têm tentado negar às direitas, sem distinguirem se pluralistas ou não, legitimidade para participar na democracia pluralista portuguesa.

O Movimento das Forças Armadas está a levar a efeito uma campanha de dinamização cultural que se justifica, plenamente, pois destina-se a esclarecer, não só o eleitorado, neste preciso momento em que se trata de dotar o País com uma Assembleia Constituinte composta por deputados eleitos pelo povo, mas também, pelo que representa tal campanha para democratização, esclarecimento histórico e aceleração cultural das nossas populações provinciais.

Não se sabe, por vezes, diferenciar democracia de socialismo, nem distinguir quais os partidos que defendem o socialismo marxista, que conduz ao comunismo, da social democracia europeia, defensora integral da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Nem se sabe o que esta Declaração encerra de benéfico para a humanidade. Nem se compreende, inteiramente, que dentro do aparelho democrático pluralista que se pretende dar o nosso País, cabem todas as ideologias políticas e que, democracia, não é mais do que um processo ou forma de o povo escolher um partido que melhor o defenda no governo da Nação.

Uma votação consciente exige esclarecimento político que os partidos, por razões óbvias, não revelam claramente aos seus adeptos quando lhes convém. Eis um ponto importantíssimo a de-

envolver pelo Movimento das Forças Armadas na sua valiosa campanha de dinamização cultural, mesmo porque, o seu Programa, defende a Declaração Universal dos Direitos do Homem segundo a própria informação do Senhor Presidente da República, feita à Assembleia Geral da ONU.

Quanto a nós, achamos que não poderá haver consolidação da democracia pluralista, sem o exclusivo concurso de democratas pluralistas. E nem todos os partidos concorrentes às eleições estão em condições de defender regimes democráticos pluripartidários, como convém ao País.

2.ª Publicação em 4-1-75
Tribunal Judicial da Comarca
DE
AMARES
ANÚNCIO

No dia QUINZE de JANEIRO próximo, pelas quinze horas, no Tribunal desta comarca e na execução de sentença pendente na Secretaria do mesmo Tribunal contra D. LEOPOLDINA ERNESTA DA COSTA FERNANDES, viúva, proprietária, residente na Quinta da Bornaria, freguesia de Ferreiros, desta comarca, hão-de ser postos em praça pela primeira vez, para se arrematarem ao maior lance oferecido acima do valor indicado no processo, diversos móveis de casa de habitação penhorados àquela executada.

Amares, 11 de Dezembro de 1974

O Juiz de Direito,

António José Ribeiro da Cunha

O Escrivão,

Guilherme José da Silva

Cinema

Hoje, nos Bombeiros, pode ver

Hoje às 21,30, — 100 Armas ao Sol

Condições de Assinatura

Estrangeiro

Ano — ano 250\$00

Semestre 150\$00

Continente

Ano 100\$00